

ATA NÚMERO 39/XII/1ª SL

07.fevereiro.2012 – 15h00

Aos 07 dias do mês de fevereiro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à PRÓ-ORDEM – Associação Sindical dos Professores - 15h00

5. Representantes dos Estabelecimentos de Ensino que lecionam o Ensino Secundário Recorrente - 16h00

6. Petição n.º 70/XII/1ª – iniciativa de Sérgio Claudino “Por uma formação inicial autónoma dos professores de Geografia e História”

- Apresentação e apreciação do parecer
- Deputada Relatora: Rita Rato- PCP

7. Petição n.º 86/XII/1ª da iniciativa de Vítor Manuel Machado Sarmiento “Pelo pequeno-almoço nas escolas”

- Apreciação da nota de admissibilidade
- Deputada Relatora: CDS-PP

8. Plano de Atividades do Grupo de Trabalho do Ensino Especial

- Análise e votação

9. Outros assuntos

10.Data da próxima reunião

08.fevereiro.2012 – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

As atas das reuniões de 31 de janeiro e 1 de fevereiro foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** O Sr. Presidente comunicou que baixaram à Comissão as seguintes iniciativas legislativas:
- ✓ Projeto de Lei nº 152 (PCP) - *Estabelece um regime transitório de isenção de propinas e de reforço do apoio aos estudantes do ensino superior.* Baixou à CECC e à Comissão de Segurança Social e Trabalho, em 1 de fevereiro, sendo a primeira a competente. Encontrando-se o mesmo agendado para discussão em reunião plenária de 10 de fevereiro, será comunicada à Sra. Presidente da Assembleia da República a impossibilidade de elaborar o respetivo parecer, por manifesta falta de tempo.
 - ✓ Projeto de Lei nº 155 (BE) - *Cria o programa de pequeno-almoço na escola.* Baixou à Comissão em 1 de Fevereiro e, cabendo ao PSD a elaboração de parecer, o mesmo foi distribuído ao CDS-PP, por lhe ter sido distribuída a petição 86/XII, sobre a mesma matéria. A apresentação na Comissão deverá ocorrer no dia 14 de Fevereiro e a apreciação do parecer em 28 do mesmo mês.
- 3.2.** O Sr. Presidente referiu-se ao pedido de parecer sobre a Conta Geral do Estado, que deverá ser remetido à COFAP até ao dia 29 de fevereiro. A apreciação do parecer na Comissão foi agendada para o dia 28 de fevereiro, cabendo ao PCP a indicação do relator.
- 3.3.** O Sr. Presidente deu ainda conta da Deliberação nº 44/2012, da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Na sequência da iniciativa de um cidadão, a CNPD tomou posição, sob a perspetiva da proteção de dados, acerca do Regulamento de acesso aos processos pessoais dos alunos dos ensinos básico e secundário e entende que a matéria deve ser objeto de uma norma do Estatuto do Aluno, pelo que dá conhecimento da Deliberação, para que a matéria possa ser tratada em termos de política legislativa. A Comissão remeteu uma cópia da Deliberação ao Ministério da Educação e Ciência, para serem desencadeados os procedimentos que entender adequados.
- 3.4.** Tendo sido solicitado o prolongamento do mandato do relator para a Avaliação Tecnológica Parlamentar, por se aguardar resposta a um questionário dirigido a outros parlamentos sobre esta matéria, foi decidido que o mesmo será prolongado por um período de 90 dias.
- 3.5.** O Sr. Presidente informou que a audição com a Sra. Secretária de Estado da Ciência, por requerimento do PSD e do CDS-PP, está agendada para dia 29 de Fevereiro, às 10h00.
- 3.6.** Por último, comunicou que se deslocará, de 14 a 20 de fevereiro, ao Uzbequistão, pelo que solicitou que a Presidência da Comissão fosse assegurada por um dos Vice-Presidentes.

4. Audiência à PRÓ-ORDEM – Associação Sindical dos Professores - 15h00

Os representantes da Pró-Ordem - Filipe do Paulo, Maria Filomena Sobral, Domingos Valente, Maria do Rosário Lóio, Maria Zélia Oliveira e Emília Gil – agradeceram a disponibilidade dos Deputados para os receberem e apresentarem os motivos que justificaram o pedido de audiência e que dizem respeito à constituição de uma Ordem dos Professores e ao processo de Revisão curricular.

Em relação ao primeiro ponto, consideram que a criação de uma ordem corresponde a um desejo de grande parte da classe docente em Portugal, entendendo que a mesma não prejudica nem colide com a atividade dos sindicatos, à semelhança, aliás, do que acontece com outros setores.

Em relação à revisão da estrutura curricular, lamentaram que a mesma não corresponda a uma reforma de fundo. Pronunciaram-se contra a extinção da Formação Cívica, fazendo alusão às recomendações nacionais e internacionais, incluindo o recente parecer do Conselho Nacional de Educação, que vai no sentido da Educação para a Cidadania.

Manifestaram-se ainda contra a extinção da segunda opção no ensino secundário, contra o ensino das TIC apenas ao nível do 6º ano e ainda sobre o desdobramento de aulas de Ciências Naturais e Físico-Química no 3º ciclo. Em relação ao ensino da História e da Geografia, entendem que a carga horária no final de ciclo deveria ser igual.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Maria Ester Vargas (PSD), Carlos Enes (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Ana Drago (BE), que apresentaram as posições dos respetivos grupos parlamentares.

Os representantes da Pró-Ordem afirmaram ainda que esta revisão levará à dispensa de muitos professores contratados, prevendo que muitos outros passarão a horário zero. Manifestaram-se também favoráveis à prova de ingresso na carreira docente, considerando que a mesma contribuiria para um maior prestígio desta carreira.

Em relação ao ensino profissional, entendem que deverá existir como via profissionalizante e permitir o acesso ao ensino superior, devendo os respetivos currículos ser adaptados ao curso e ao nível em que se encontram os alunos.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, pode ser consultada na [página da Comissão](#), na Internet.

5. Representantes dos Estabelecimentos de Ensino que lecionam o Ensino Secundário Recorrente - 16h00

Os representantes dos estabelecimentos com ensino secundário recorrente - Carlos Pedro Vasconcelos e Silva e Rui António Oliveira (Colégio Ellen Key) e Ana Maria Azevedo Cunha e Daniela Azevedo Cunha (Colégio D. Dinis) manifestaram as suas preocupações em relação à alteração das regras para a candidatura dos alunos do ensino secundário recorrente ao ensino superior, aprovadas em Conselho de Ministros, em 12 de janeiro último, entendendo que com esta alteração se pretende apenas corrigir uma utilização destes cursos nas candidaturas a Medicina.

Nada tendo a opor em relação às alterações agora apresentadas, discordam, no entanto, do prazo de alteração e dos efeitos de retroatividade, que consideram muito injustos para os alunos, que vêm as regras alteradas a meio do seu ano letivo, gorando as suas expetativas. Por outro lado, os alunos detentores de um curso anterior vão poder concorrer com esse mesmo curso.

Concluíram, afirmando que o prejuízo causado aos alunos não encontra fundamento no objetivo que o novo diploma pretende corrigir, porquanto o mesmo abrange todos os alunos do recorrente e não apenas os que pretendem aceder ao curso de Medicina.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Isilda Aguincha (PSD), Acácio Pinto (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que apresentaram as posições dos respetivos grupos parlamentares e colocaram algumas questões, designadamente sobre o universo de alunos abrangidos por esta situação.

Os representantes dos estabelecimentos com ensino secundário recorrente reiteraram a sua concordância em relação à introdução de correções, mas entendem que existem timings e regras que devem ser respeitadas. Afirmaram ainda que o ensino recorrente se encontra regulamentado, pelo que não existe qualquer infração nesta opção.

Respondendo à questão do universo de alunos abrangidos, esclareceram que representam cerca de 2.500 a 3.000 alunos.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, pode ser consultada na [página da Comissão](#), na Internet.

6. Petição n.º 70/XII/1ª – iniciativa de Sérgio Claudino “Por uma formação inicial autónoma dos professores de Geografia e História”

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o relatório, solicitando a inclusão, nos anexos, da resposta proveniente do Ministério da Educação e Ciência.

Com esta alteração, o relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

7. Petição n.º 86/XII/1ª da iniciativa de Vítor Manuel Machado Sarmiento “Pelo pequeno-almoço nas escolas”

Foi apreciada a Nota de Admissibilidade, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

Cabe ao CDS-PP a indicação do relator.

8. Plano de Atividades do Grupo de Trabalho do Ensino Especial

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) apresentou o plano de atividades, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP. Os Deputados do PCP e do BE manifestaram também a sua concordância em relação ao mesmo, antes de se ausentarem. Registou-se a ausência do PEV.

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

08.fevereiro.2012 – 10h00

A reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de fevereiro 2012

A VICE-PRESIDENTE

(Nilza de Sena)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 14 de fevereiro de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Maria Ester Vargas
Maria Manuela Tender
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Inês de Medeiros
Michael Seufert
Miguel Tiago